



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 11 e 12 DE NOVEMBRO DE 2021

1 Nos dias onze e doze de novembro de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi
2 realizada a 26ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.
3 Estiveram presentes os conselheiros e conselheiras: Dia 11: Everaldo Bezerra Patriota (CEDDH);
4 Yuri Michael Pereira Costa (DPU/CNDH); Eneida Canedo Guimarães dos Santos (UBM); Darci
5 Frigo (DHESCA BRASIL); Márcia Regina Ribeiro Teixeira(CNPG); Sandra Maria da Silva
6 Andrade (CONAQ); Sávio Luciano de Andrade Filho (MJSP); Karoline Aires Ferreira Vasconcelos
7 (MMFDH); Lucileine da Silva Souza (Enegrecer); Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
8 (SPGR-PFDC-MPF); Marcelo Chalhéo (OAB); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Virginia Dirami
9 Berriel (CUT); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Joselito de Araújo Sousa (PF); Mônica de
10 Alkmim Moreira Nunes (MNDH BRASIL); Rogério Giannini (CNDH/CFP); Ayala Lindabeht Dias
11 Ferreira (Casa Brasileira); Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM/CNDH); Maria das Graças
12 Bezerra (ANCED); Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Matheus Moreira e Silva de Aracoeli
13 (MRE). Dia 12: Rogério Giannini (CNDH/CFP); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Marcelo Chalhéo
14 (OAB); Yuri Michael Pereira Costa (DPU/CNDH); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ);
15 Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Everaldo Bezerra Patriota
16 (CEDDH); Maria das Graças Bezerra (ANCED); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL);
17 Lucileine da Silva Souza (Enegrecer); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Karoline Aires Ferreira
18 Vasconcelos (MMFDH); Eneida Canedo Guimarães dos Santos (UBM); Getúlio Vargas de Moura
19 Júnior (CONAM/CNDH); Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPG); Gabriel Saad Travassos do
20 Carmo (DPU/CNDH); Sávio Luciano de Andrade Filho (MJSP); Carlos Alberto Carvalho de

21 Vilhena Coelho (SPGR-PFDC-MPF). **Abertura da 26ª Reunião Extraordinária – Presidente**
22 **Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa iniciou a reunião cumprimentando a todos e
23 desejando boas-vindas aos conselheiros e conselheiras e às pessoas que estão acompanhando a
24 reunião pelas redes sociais. **Informes e Orientações Gerais – Presidente Yuri Costa:** Dando
25 sequência, iniciou apresentando as novas representações dos órgãos públicos no Conselho Nacional
26 dos Direitos Humanos, ressaltou o destaque dos órgãos públicos pois o CNDH necessita de uma
27 presença constante no fórum e registrou a relevância de uma característica desses elementos de
28 força presente com uma diversidade e diferença de visões e inclui as pautas e decisões que serão
29 manifestadas. Discorreu sobre a alteração do Ministério da Justiça e Segurança Pública
30 apresentando como Conselheiro titular o Sr. Sávio Luciano e como Suplente o Sr. Rafael Rocha. O
31 Presidente Yuri Costa, manifestou a satisfação em recebe-los e registra que sempre existiu uma
32 necessidade de diálogo entre o CNDH e o órgão e que independentemente da excelente relação que
33 possui com o ministério, compõe o quadro. O Conselheiro Sávio Luciano, registrou sua satisfação
34 em integrar ao colegiado, de extrema importância para a promoção e defesa dos direitos humanos e
35 expressou sua motivação para auxiliar nas ações do CNDH. O Presidente Yuri Costa, prosseguiu
36 registrando uma representação na maioria da Câmara dos Deputados, que como novo conselheiro
37 apresentou o Deputado Pastor Eurico do Patriota de Pernambuco e registrou as boas-vindas.
38 Comunicou o novo representante do Ministério Público Federal, o Subprocurador Geral da República
39 e Procurador Geral dos Direitos do Cidadão o Sr. Carlos Vilhena, justificou sua ausência no início
40 da reunião e manifestou a satisfação de tê-lo no CNDH. Seguiu revelando a alteração na Secretaria
41 Nacional de Proteção Global (SNPG) no Conselho Nacional dos Direitos Humanos, citou a
42 Conselheira Karolina Aires e o Conselheiro Eduardo Miranda e registrou assumindo como
43 Secretária Nacional de Produção Global a Sra. Mariana Neris. A Conselheira Karolina Aires
44 justificou sua ausência. O Presidente Yuri Costa, prosseguiu desejando boas vindas e presumiu um
45 fluxo diferenciado na organização do regimento interno para esses novos ingressos. Ressaltou a
46 saída da Assessora técnica na Secretaria Executiva do CNDH a Sra. Débora Pinheiro, exaltou seu
47 trabalho de qualidade e dedicação, observou o trabalho de relevância dos outros servidores ao
48 CNDH e registrou publicamente essa despedida com gratidão ao que desenvolveu e continuará
49 desenvolvendo no Serviço Público Federal. Registrou a Missão em Boa Vista (RR) em respeito aos
50 direitos humanos dos migrantes e refugiados vindos da Venezuela, onde citou a estadia de quatro
51 dias nessa missão e que futuramente será feito o devido registro da mesma, que considerou um

52 marco do retorno de missões presenciais do CNDH, citou uma outra em Jacarezinho (RJ),
53 parcialmente presencial com a presença da Conselheira Virginia Dirami Berriel, que concordou
54 fazer esse registro na pauta da comissão. O Presidente Yuri Costa, discorreu registrando uma
55 reunião que aconteceu no dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte um, sendo a primeira
56 reunião híbrida da mesa diretora e observou que serviu como teste para verificar a viabilidade desse
57 formato. Alertou sobre a pauta do plenário articulada para o mês de dezembro, sendo a próxima
58 reunião plenária. Analisou sua produtividade, organização e cumprimento das normas sanitárias.
59 Ressalvou sobre uma pauta específica de debate que acontecerá no período da tarde, de quatorze até
60 as dezesseis horas, informou que caso houver alguma pauta emergencial ou a continuidade da pauta
61 plenária, acontecerá a partir das dezoito horas. Sinalizou que destacou a pauta, das quatorze as
62 dezesseis horas, onde acontecerá o debate de “*Defesa da Democracia e Direitos Humanos: a*
63 *experiência do Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI) para Bolívia*” e citou
64 como convidado Sr. Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República do Ministério
65 Público Federal e reforçou o convite a todos os conselheiros e conselheiras a participar do debate. O
66 Conselheiro Marcelo Chalréo, complementou justificando sua ausência ao final da manhã da
67 reunião do dia doze de novembro de dois mil e vinte e um, devido a conflitos de reuniões. Apontou
68 questões sobre a PEC dos Precatórios, que foi aprovado recentemente na Câmara Federal para o
69 Senado e citou que nove entre dez advogados e advogadas do país manifestaram-se contra essa
70 medida em função da representatividade em termo de perda na questão de cumprimento de pena por
71 parte da União e solicitou uma manifestação por parte do CNDH aos senadores da república, no
72 sentido de que essa PEC não seja aprovada. Justificou o impacto dos imensos prejuízos para a
73 sociedade brasileira e inclusive aos credores alimentares no recebimento de seus créditos. Relatou
74 sobre uma audiência pública tratando-se de grilagem, desmatamento e violações de direitos
75 humanos no MATOPIBA. O Presidente Yuri Costa, registrou a presença da representante da União
76 Europeia. O Vice-Presidente Darci Frigo, solicitou a confirmação de uma pauta específica. O
77 Presidente Yuri Costa, constatou a relevância das pautas, sendo o contexto das dezesseis horas para
78 os debates mais aprofundados, caso não haja oposição. O Vice-presidente Darci Frigo, solicitou a
79 secretaria para que o link da reunião fosse enviado para as pessoas que farão nota técnica para a
80 participação da reunião. O Presidente Yuri Costa, avançou alertando ao Conselheiro Marcelo
81 Chalréo, sobre a proposta de uma nota a respeito dos precatórios, sugeriu que faça uma Nota
82 Técnica para que todos apreciem o teor do documento. O Conselheiro Marcelo Chalréo, aceitou

83 fazer o registro da Nota, que será relatada a todos os presentes. O Conselheiro Matheus Aracoeli,
84 advertiu que o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas está com um prazo em aberto
85 para dez procedimentos especiais, aos quais três são de interesse público e indicou informações
86 mais detalhadas no chat. A Conselheira Eneida Santos, iniciou agradecendo a oportunidade e a
87 todos os presentes. **Referendum de Recomendação nº 41, de 18 de outubro de 2021, do**
88 **Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, que recomenda a rejeição da modificação**
89 **ao Projeto de Lei do Congresso Nacional Nº16/2021, que reduziu em 87% o orçamento**
90 **destinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações (MCTI) – Presidente Yuri Costa:**
91 Apresentada a referida Recomendação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se
92 haveria alguma consideração. Não havendo, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por
93 maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM,
94 CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, ANCED, DPU. Abstencões: MMFDH, MRE,
95 MJSP, PF. **Referendum de Notas Públicas do Conselho Nacional dos Direitos Humanos -**
96 **CNDH: (i) Nota Pública CNDH nº 23/2021, de repúdio ao tratamento conferido pelo Governo**
97 **Federal ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) – Processo SEI**
98 **00135.223308/2021-39 - Presidente Yuri Costa:** Apresentada a referida Nota, o Presidente Yuri
99 Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma consideração. A Conselheira Mariana Neris,
100 manifestou-se e informou que o Ministério Público produziu uma Nota pública em resposta a essa
101 temática e solicitou a citação antes da votação. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, discordou
102 da proposta da Conselheira Mariana Neris, e sinalizou questão de ordem. Afirmou que não há
103 previsão regimental em que se possa contrapor uma Nota a outra e seguiu afirmando que a Nota
104 técnica mencionada pela Conselheira Mariana Neris é do MFMDH, e alegou que a mesma já foi
105 manifestada e publicada. A Conselheira Mariana Neris, informou que a Nota será referendada, mas
106 pertinente ao tema abordado. A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira, interagiu concordando
107 com o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, mas julgou pertinente a leitura do documento da
108 Conselheira Mariana Neris, deixando a aprovação a cargo do presidente. O Presidente Yuri Michael
109 Pereira, concordou com a leitura do documento, observou a questão de ordem apresentada pelo
110 Conselheiro Everaldo Patriota considerando de grande valia e salientou que não haveria debate
111 sobre modificações. Solicitou aos conselheiros e conselheiras que almejem contrapor o ato que
112 será referendado, que se pronunciem com suas alegações. Informou que não haveria leitura de
113 Notas Públicas do CNDH durante um *Referendum*, pois todos possuem o documento previamente

114 disponibilizado em seu poder, sendo responsabilidade do conselheiro e conselheira a sua leitura. O
115 Conselheiro Everaldo Patriota, retirou a questão de ordem. O Presidente Yuri Costa, colocou a Nota
116 prevista em processo de votação com a retirada da questão de Ordem do Conselheiro Everaldo
117 Patriota, e permitiu a breve leitura da Nota Pública propiciada pela Conselheira Mariana Neris
118 durante seu voto. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, impugnou objeções. Não havendo,
119 colocou a proposta em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o registro dos
120 seguintes votos favoráveis: CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB, DHESCA
121 BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, FNDC. Abstenção: MMFDH, MRE, MJSP, PF. **Referendum do**
122 **Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, referente a um parecer de admissibilidade**
123 **apresentado pela Comissão de Litigância e Estratégica do CNJ de ADI n° 6852, quanto a ação**
124 **direta de inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria Geral da República - Presidente**
125 **Yuri Costa:** Apresentado o referido parecer, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se
126 haveria alguma observação a ser realizada. Não havendo observações, o parecer foi aprovado por
127 unanimidade, estando presentes: CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB,
128 DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, FNDC, MMFDH, MRE, MJSP, PF. **Programação do**
129 **calendário de Eventos para o Ano de 2022 – Presidente Yuri Costa – O Presidente Yuri Michael**
130 **Pereira Costa**, deliberou a proposta de dois momentos de planejamento de eventos para o próximo
131 semestre e apresentou o calendário arquitetado. Enfatizou que o mesmo é para fins de planejamento.
132 Alertou sobre o acúmulo de eventos no segundo semestre de dois mil de vinte e um, que concluiu
133 ser inviável para o andamento do trabalho da Secretaria Executiva, devido a suas inúmeras
134 atribuições. Salientou que o calendário não exclui a realização de eventos emergenciais e que, caso
135 haja, deverão ser passados a Mesa Diretora. Complementou com a apresentação de um formulário
136 elaborado pela Secretaria Executiva para organização e formalização de eventos. Afirmou que o
137 mesmo foi repassado para as outras comissões para o devido preenchimento. Sinalizou ao pleno a
138 apreciação do formulário para usufruir como base nas organizações do CNDH em eventos futuros.
139 O Conselheiro Marcelo Chaleiro, pontuou a inserção do item “evento emergencial” no formulário
140 em campo específico. Complementou a paupérie de um espaço ao final dos tópicos tratados para a
141 inserção de informações que podem ser de caráter pertinente para auxílio da Secretaria Executiva ou
142 a Mesa do Conselho. O Conselheiro Leandro Scalabrin, sugeriu a alteração na data do calendário do
143 segundo semestre para eventos temáticos. **Referendum para ampliação na data do calendário do**
144 **segundo semestre para até 10 de dezembro de 2021 – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri

145 Michael Pereira Costa, colocou em votação e questionou ao pleno se há oposição a solicitação do
146 Conselheiro Leandro Scalabrin, para alteração no calendário. Não havendo observações, o parecer
147 foi aprovado por unanimidade, estando presentes: CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT,
148 ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, FNDC, MMFDH, MRE, MJSP, PF. O
149 Presidente Yuri Michael Pereira Costa, solicitou o registro para a Secretaria e o envio de e-mail
150 complementar tratando da devida alteração, mantendo o calendário de maio como anunciado e sem
151 alterações. O Vice-Presidente Darci Frigo, refletiu sobre infraestrutura para eventos, e a pertinência
152 de prioridades dos mesmos pelas comissões para uma melhor atuação. Observou sobre a proibição
153 de eventos externos durante as eleições do Conselho. O Sr. Ítalo Nonato, da secretaria executiva,
154 apresentou um calendário para dois mil e vinte e dois, de forma temática e citou pontos específicos
155 e importantes para sua elaboração. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, sugeriu que as
156 questões da elaboração do calendário com pontos específicos a ser construído, seja pauta da mesa
157 diretora no dia primeiro de dezembro e solicitou o registro. **Referendum de Memorando de**
158 **entendimento que entre si celebram o CNDH, a PFDC, a DNDH e a Comissão de Direitos**
159 **Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, com o objetivo de estabelecer consoante as**
160 **competências e as atribuições de cada instituição e autoridade signatária, uma base**
161 **cooperação entre os partícipes para promover a defesa da democracia no Brasil, com vistas a**
162 **consolidação e ao fortalecimento de normas, instituições e procedimentos essenciais aos**
163 **preceitos democráticos, e para garantir o gozo e a efetividade dos Direitos humanos no país –**
164 **Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, arrazoou que essa é uma atuação
165 elaborada pela mesa diretora, na tentativa de aproximar instituições em âmbito Nacional, que são
166 referencias na Defesa do Direitos Humanos, construindo um espaço de cooperação. Especificou um
167 termo que está na fase final de aprovação nas diferentes instituições citadas. Explanou a amplitude
168 do termo devido a primícia originada de independência entre instituições. Lembrou que o termo não
169 vincula, mas possibilita de maneira mais célere e mais articulada manifestações, quando necessário,
170 relativo a ataque da democracia do país e especificou os Direitos Humanos. O termo foi apresentado
171 aos Conselheiros e conselheiras no *Drive*. O Vice-Presidente Darci Frigo, pontuou ser um grande
172 benefício para o CNDH. O Conselheiro Marcelo Chalhó, ressaltou a ausência da Comissão do
173 Senado da República Federal no devido termo, pois realizam importantes atuações. O Presidente
174 Yuri Michael Pereira Costa, sinalizou que não houve exclusão. Exaltou o Conselheiro Carlos
175 Vilhena devido ao seu ingresso no colegiado e desejou boas-vindas. O Conselheiro Carlos Vilhena

176 saudou a todos e transmitiu sua satisfação de fazer parte do conselho e contribuir com o mesmo. O
177 Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou em votação e questionou ao pleno se há oposição
178 ao parecer. Não havendo observações, o parecer foi aprovado por unanimidade, estando presentes:
179 CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP,
180 DPU, FNDC, MMFDH, MRE, MJSP, PF. **Referendum do Termo de Referência do CNDH no**
181 **projeto BRA/16/020 – Seguimento e implantação de compromissos Nacionais e Internacionais**
182 **em Direitos Humanos Fortalecidos – (PRODOC/PNUD) apresentado pelo MMFDH –**
183 **Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, ponderou que por ser um
184 documento técnico solicita sugestões ou caso haja interesse, um maior prazo para leitura, mas será
185 necessário referendar o mesmo. Exaltou a secretaria executiva pela elaboração de um documento de
186 difícil construção. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou em votação e questionou ao
187 pleno se há oposição ao parecer. Não havendo observações, o parecer foi aprovado por
188 unanimidade, estando presentes: CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB,
189 DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, FNDC, MMFDH, MRE, MJSP, PF. O Presidente Yuri
190 Michael Pereira Costa, atentou sobre a realização de plenária nos dias oito e nove de dezembro de
191 dois mil e vinte e um, na modalidade híbrida, assim como a realização no dia dez de dezembro de
192 dois mil e vinte e um, de Ato Público, Encontro de conselheiros e conselheiras. Observou a
193 deliberação do CNDH, em diferentes reuniões, a possibilidade do retorno de atos presenciais.
194 Ressaltou as questões de cuidados e prevenção a saúde e sugeriu a plenária a reunião citada de
195 forma híbrida. O Vice-Presidente Darci Frigo, corroborou sobre a reunião de Conselheiros e
196 Conselheiras que acontecerá no dia dez de dezembro de dois mil e vinte e um e explanou que esse
197 momento será para celebrar a democracia e os direitos humanos no país, de fazer a convergência do
198 memorando aprovado e as falas de outros conselheiros com suas contribuições. O Presidente Yuri
199 Michael Pereira Costa, complementou que será elaborada uma pauta específica para as datas
200 citadas. Questionou aos conselheiros e conselheiras se existe alguma observação ou oposição
201 relativo à pauta. A Conselheira Karolina Aires questionou em que momento haverá outras
202 contribuições para a elaboração da pauta e como seria o processo. O Presidente Yuri Michael
203 Pereira Costa, informou que é elaborada pela mesa diretora e que sugestões poderão ser enviadas
204 por e-mail para contribuição na pauta. O Vice-Presidente Darci Frigo, sugeriu o pronunciamento de
205 representações externas. O Coordenador-Geral Sr. Ítalo Nonato, demonstrou preocupação com
206 algumas definições que não foram sanadas para o progresso da organização do Ato. O Conselheiro

207 Marcelo Chaleiro, enfatizou a necessidade de estipular uma data para apontamento de sugestões na
208 organização e atividades do Ato. **Referendum para o prazo de contribuições e sugestões**
209 **referente ao Ato do dia 10 de dezembro de 2021, com prazo final em 16 de novembro de 2021-**
210 **Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou em votação e
211 questionou ao pleno se há oposição ao parecer. Não havendo observações, o parecer foi aprovado
212 por unanimidade, estando presentes: CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB,
213 DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, FNDC, MMFDH, MRE, MJSP, PF. Ressaltou a
214 importância do retorno às quatorze horas, agradeceu a todos, dando destaque aos interpretes de
215 libras e sobresteve a 26ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Direitos Humanos.
216 **Período vespertino - Debate: “Defesa da Democracia e Direitos Humanos: a experiência do**
217 **Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI) para Bolívia” – presidente Yuri**
218 **Costa. Convidado: Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República do**
219 **Ministério Público Federal:** O convidado Sr. Marlon Alberto Weichert, explanou sobre o que seria
220 abordado em sua apresentação e salientou que teria origem a partir de acontecimentos antecedentes
221 na política, em seguida sobre a criação e identificação do GIEI, sua metodologia, investigações,
222 conclusões, recomendações do GIEI e reflexões pessoais. Ressaltou que não é mais membro do
223 GIEI e que sua missão foi concluída. Iniciou lembrando a Eleição do MAS – Evo Morales, e
224 ressaltou que representou uma ruptura no processo e a necessidade de elaborar uma nova
225 constituição. Explanou sobre a constituição de dois mil e nove, considerou avanços devido a
226 autonomia e direitos sobre a terra para os povos indígenas, sendo um estado plurinacional,
227 reconhecendo todos os idiomas de povos indígenas e destacou o reconhecimento como oficial,
228 sendo 37 línguas, além do Espanhol. Destacou a Wiphala, que foi reconhecida como símbolo do
229 Estado com ênfase na democracia. Salientou o reconhecimento do Direito Internacional dos
230 Direitos Humanos como parte do bloco de constitucionalidade, reconhecimento da jurisdição
231 indígena e campesina e nacionalização da exploração de hidrocarburos. Alertou sobre o sistema
232 de justiça, que foi um dos temas principais do relatório. Completou, relatando sobre os Órgãos
233 Judiciais, Tribunal, magistrados e como é realizada a assembleia e mandatos. Ressaltou sobre o
234 método de escolha do Procurador-Geral e tempo de mandato. Retornou ao tema da constituição
235 citando art. 168 e desenvolveu um relato abordando as reeleições de Evo Morales, levando em
236 consideração leis, decisões do tribunal e mudanças na constituição. O Sr. Marlon Alberto Weichert,
237 questionou se o eleitor estava de acordo com a reforma do artigo 168 da Constituição Política do

238 Estado, para que o presidente (a) e vice-presidente (a) do Estado possa ser reeleito por duas vezes
239 de forma contínua. Explanou todo o processo e como foi o desenvolvimento das reeleições de Evo
240 Morales e citou o desencadeamento de uma crise eleitoral acompanhada de greves, reivindicações e
241 manifestações. Relatou o agravamento da mesma, com insubordinações, violência, ameaças e
242 renúncia da presidência e de outros cargos e prisões. Completou que, com isso, vieram as violações
243 aos Direitos Humanos seguidos de massacres como os de Sacaba (Cbb) e Senkata (El Alto) e
244 explanou sobre a nova presidenta, Janine Añez. Desenvolveu o relatório abordando sobre a criação
245 e mandato do GIEI, onde a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), organizou uma
246 visita de emergência devido a crise, e emitiu um relatório preliminar sobre as violações de direitos
247 humanos. Discorreu que em dois mil e dezenove foi consolidada essa junção com objetivo de apoiar
248 as investigações dos atos de violências e as violações dos direitos humanos ocorridos em Bolívia
249 entre primeiro de setembro e trinta e um de dezembro de dois mil e dezenove. Enfatizou que o GIEI
250 tinha um plano de atenção e reparação às vítimas, investigação criminal, inclusive fazer
251 recomendações estruturais sobre temas de justiça. Seguiu especificando sobre a composição e
252 seleção do GIEI, onde relatou a composição de cinco membros. Afirmou que a equipe técnica era
253 composta por Secretário Executivo, advogados(a) investigadores, assessoria de comunicação,
254 Consultores, apoio da Equipe de Antropologia e Arqueologia Forense (EAAF). Mencionou que o
255 GIEI foi instalado em vinte e três de novembro de dois mil e vinte e o relatório lançado em
256 dezessete de agosto de dois mil e vinte e um. Ressaltou que já existiu outros GIEI's, o primeiro foi
257 no México (2014), o segundo em Nicaragua (2018) e o último na Bolívia (2019). Destacou que a
258 metodologia utilizada no relatório, consistiu em uma revisão extenuante de todos os fatos dentro do
259 mandato, com investigações, temas transversais/estruturais e entrevistas. Enfatizou que o relatório
260 apresenta um contexto, os principais fatos, situações estruturais, direitos vulnerados, planos de
261 investigação, atenção e reparação integral às vítimas, finalizando com as conclusões que julgaram
262 importante ao revisar todo o contexto do trabalho realizado. Explicou que finalizaram o relatório
263 com a inserção de oitenta e cinco recomendações que julgaram necessário e pertinente. Finalizou,
264 com uma reflexão pessoal sobre sua experiência e visão sobre o contexto advertindo a realidade da
265 população, povos indígenas, violência na política, falta de institucionalidade, cultura, diversidade
266 geográfica, racismo para fins políticos e dificuldade no reconhecimento de pluralidade. Agradeceu a
267 todos e colocou-se à disposição para questionamentos. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa,
268 considerou o momento suntuoso, agradeceu e enfatizou que o relatório se encontra no *Drive*,

269 disponível para todos. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, refletiu a diferença entre Brasil e
270 Bolívia e destacou a excepcional semelhança na polarização. Enfatizou a riqueza da síntese e
271 lembrou quantas pessoas honrosas passaram pela CNDH e que todos os questionamentos em defesa
272 da democracia acabaram para os duvidosos com a exposição desse relatório. O Conselheiro Marcelo
273 Chalréo, observou o esforço sintético devido as problemáticas da Bolívia. Questionou ao Sr. Marlon
274 Alberto Weichert, se no relatório haviam pesquisas relacionadas ao trato dos povos indígenas,
275 presenciado pelo mesmo no local, e abordou a questão do racismo que estava na raiz da população.
276 Sinalizou, examinando o surgimento de indícios da participação de outros governos sul-americanos.
277 Especificou o Brasileiro e Argentino em forma de apoio financeiro e militar, considerando uma
278 grave violação governamental. O Conselheiro Carlos Vilhena, exaltou a palestra ministrada e a
279 gratidão pelo compartilhamento da vivência do Sr. Marlon Alberto Weichert com todos do plenário.
280 A Conselheira Eneida Canedo Guimarães dos Santos, apontou a brilhante exposição e achou
281 pertinentes as considerações finais de forma pessoal do Sr. Marlon Alberto Weichert. Refletiu que
282 se em mil oitocentos e vinte e três, quando houve na Amazônia a imposição de adesão ao Brasil, a
283 Amazônia poderia ser uma terra separada do Brasil devido à forte presença indígena e africanos
284 escravizados e levando a acontecimentos semelhantes ao da Bolívia. Considerou que Brasil é uma
285 experiência diferenciada da Bolívia e que esse relatório demonstrou claramente o fracasso do
286 capitalismo. Questionou ao Sr. Marlon Alberto Weichert, dentro de suas impressões, qual a ligação
287 concreta dos Estados Unidos com as Forças Armadas dos militares da Bolívia. O Conselheiro
288 Leandro Gaspar Scalabrin, saudou a todos, refletiu sobre a utilização da metodologia do GIEI no
289 CNDH, citando Brumadinho (MG) e Mariana (MG), exaltando o formato do relatório, e sugeriu
290 para o CNDH adotar como modelo enriquecendo o trabalho do conselho. Complementou que seria
291 impossível fugir da analogia do Brasil e Bolívia e citou alguns momentos no Brasil, que enfatizou
292 ser preocupante e sugeriu recomendações dentro das instituições para dois mil e vinte e dois com a
293 contribuição do Sr. Marlon Alberto Weichert. O Presidente Yuri Costa, devolveu a palavra ao Sr.
294 Marlon Alberto Weichert, para redarguir os questionamentos realizados no debate. O Sr. Marlon
295 Alberto Weichert, agradeceu o afago, sendo uma satisfação resplandecer esse tema na comissão.
296 Iniciou em resposta ao questionamento do Conselheiro Marcelo Chalréo, enfatizando que deve
297 haver cautela na simplificação dessas relações, fazendo comparação aos povos indígenas de
298 variadas localidades, com diferença em alguns, como rivalidades, e que não possui conhecimento e
299 não obteve oportunidade de aprofundar nessa abordagem de forma geral. Alertou sobre a afirmação

300 dos povos indígenas como grupos monolíticos, configurando como um mosaico diversificado.
301 Prosseguiu contrapondo mais um questionamento e afirmou que não haviam mandato para abordar
302 o tema, pois era um acordo da Comissão Interamericana com a Bolívia e com isso não havia
303 possibilidade de refletir uma investigação sobre atos de responsabilidade do Equador, da Argentina
304 e do Brasil. Salientou que não poderia contrapor por não ter conhecimento. Enfatizou seu desvelo
305 pela população Boliviana e que é um aprendizado progressivo, pois é uma população de baixa
306 renda, mas não é desigual como o Brasil, o que provoca muita diferença no funcionamento da
307 sociedade. O Sr. Marlon Alberto Weichert, corroborou com a Conselheira Eneida Canedo
308 Guimarães dos Santos, ressaltando que não haviam mandato para investigar a participação de
309 qualquer estado estrangeiro com os fatos na Bolívia, discorreu que existiu uma influência
310 prolongada dos Estados Unidos devido a DEA (*Drug Enforcement Administration*), houve um lento
311 afastamento do governo de Evo Morales, que expulsou a organização, não existindo aproximação
312 das forças de segurança dos Estados Unidos dentro da Bolívia. Ressaltou que os Estados Unidos foi
313 um dos apoiadores financeiros na parte final do mandato, através de um Grupo de Direitos
314 Humanos. O Sr. Marlon Alberto Weichert, discorreu abordando o relato do Conselheiro Leandro
315 Gaspar Scalabrin, refletindo sobre o trabalho do GIEI, pois há diversas soluções serem sanadas e
316 sinaliza o repúdio aos problemas de justiça brasileiro e que sempre estará disponível para contribuir
317 com o CNDH. Finalizou refletindo sobre a conexão direta entre democracia e Direitos Humanos e
318 agradeceu. O Presidente Yuri Costa, corroborou agradecendo em nome do CNDH, o registro de
319 contribuição do Sr. Marlon Alberto Weichert, e que a comissão é alimentada por pessoas
320 semelhantes a ele trazendo tamanho conhecimento. Prosseguiu questionando se algum conselheiro
321 gostaria de fazer alguma inserção, não havendo finalizou o debate. O Presidente Yuri Costa,
322 discorreu com a pauta com debate e deliberações sobre temas emergenciais. **Análise da Nota**
323 **técnica - Congresso Nacional e a Sociedade Brasileira: “Com conjunto de propostas visamos**
324 **fortalecer a LOA (Lei de Orçamento Anual) 2022 como instrumento de enfrentamento da**
325 **pandemia e suas consequências” - Vice-presidente Darci Frigo:** O Vice-presidente Darci Frigo,
326 apresentou as convidadas A Sra. Livi Gerbase e a Sra. Luiza Calvette. Apontou a solicitação de
327 inserir o tema em pauta, e requisitou que as convidadas ministrassem o relato. A Sra. Livi Gerbase,
328 saudou a todos os presentes, informou que é assessora política no INESC e faz parte da executiva
329 da Direitos Valem Mais. Ressaltou que a Direitos Valem Mais é uma coalizão de mais de duzentas
330 instituições, que trabalha especificadamente com pauta orçamentária e a relação com Direitos

331 Humanos. Explanou que foi criada para contrastar com o teto de gastos em dois mil e dezesseis,
332 mas permaneceu com os trabalhos relacionados ao orçamento, tendo como principal instrumento de
333 trabalho as Notas Técnicas sempre tentando relacionar com as garantias dos direitos humanos. A
334 Sra. Livi Gerbase, abordou os objetivos da Nota Técnica e citou a atualização do piso mínimo
335 emergencial, proposta de emendas para a LOA (Lei Orçamentária Anual) dois mil e vinte e dois e
336 criar posicionamento sobre outros tópicos da agenda orçamentária. A Sra. Luiza Calvette, discorreu
337 sobre o piso mínimo emergencial e citou que é necessário interromper a deterioração orçamentária
338 acelerada das políticas públicas desde dois mil e dezesseis. Refletiu sobre uma queda de
339 financiamento em todas as áreas sociais e abordou quatro áreas, sendo a educação, saúde, segurança
340 alimentar e nutricional e Assistência Social, que considerou pertinente. Afirmou que tem ciência da
341 necessidade de recurso de muitas outras, tendo em vista o momento da pandemia e as
342 consequências na condição de vida da população. Alertou que foi a partir do teto que surgiu a
343 coalizão dos Direitos Valem Mais, e para acompanhar a pauta econômica e orçamentária.
344 Complementou que na educação, a implementação desse piso tem o objetivo de refletir nas metas
345 do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), estruturar as universidades públicas, levar
346 em consideração as questões de assistência e principalmente de curso, aluno e qualidade. Sinalizou
347 o descumprimento desde dois mil de dezesseis, e as condições que a pandemia coloca para volta as
348 aulas. Prosseguiu enfatizando a queda de investimento na saúde, ao qual o governo utilizou como
349 argumento a pandemia. Observou a tendência de queda futura de quarenta bilhões, continuou
350 abordando os critérios para a meta do piso da saúde e que foi utilizado uma base da realidade vivida
351 atualmente. A Sra. Livi Gerbase, analisou que a elaboração da Nota foi um trabalho colaborativo
352 com apoio de várias organizações para chegar na conclusão desses apontadores. Abordou sobre a
353 segurança Alimentar nutricional, no qual utilizou-se quatro bases para chegar à meta como a PAA
354 (Programa de Aquisição de Alimentos), que se tornou o Alimenta Brasil, as cisternas nas regiões
355 semiáridas do Brasil, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e os restaurantes
356 populares. Seguiu analisando as assistências sociais que observaram como base o SUAS (Sistema
357 Único de Assistência de Assistência Social) e BPC (Benefício de Prestação Continuada). Discorreu
358 apresentando um gráfico ilustrativo que explana a deterioração de recursos da maioria das políticas
359 públicas e delineou instituições que lutam contra o desfinanciamento de políticas sociais. Observou
360 a pertinência das emendas de relator, pela limitação de seu escopo e por mais transparência, as
361 emendas Pix pela manutenção do veto às transferências diretas das emendas de bancada. A Sra.

362 Luiza Calvette, alertou o perigo do PIX no decorrer do período eleitoral. Finalizou agradecendo e
363 disponibilizou o conteúdo no *chat*. O Vice-presidente Darci Frigo, corroborou agradecendo as
364 contribuições e a importância do conselho está ciente sobre essas questões e abre para debate. O
365 Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior, sugeriu que o CNDH perpetrasse recomendações ao
366 Congresso Nacional, no sentido de garantir recursos mínimos para o conjunto de áreas sociais
367 citadas no Relato, assim, compreende pertinente uma manifestação do CNDH antes da votação da
368 PEC no Congresso Nacional. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, abordou a importância da
369 transmissão da reunião para que todos possam refletir a tragédia da PEC dos precatórios, que
370 definiu como uma linguagem complexa em nome do auxílio emergencial e questionou os quarenta
371 bilhões livres em aprovação da PEC. Enfatizou que não é um discurso ideológico, que a fome está
372 explícita em um Brasil rico. Justificou a falta de política pública e agradeceu as técnicas que
373 ministraram o relato e trouxe a importância do tema. Salientou sua contribuição com o processo
374 juntamente com o Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior, e justificou que a fome não pode
375 esperar. O Vice-presidente Darci Frigo, observou se o pleno apresentaria mais inserções, caso não
376 houvessem, o encaminhamento da proposta do Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior seria
377 realizado e agradeceu as ministrantes. A Sra. Livi Gerbase, declarou a pertinência do comentário do
378 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, que discordou, justificando que houve uma manobra
379 utilizando o descontrole da inflação e a importante visão do CNDH nessa questão. A Sra. Luiza
380 Calvette, citou o esforço coletivo e do empoderamento em conjunto nessa questão e agradece a
381 contribuição de todos e a oportunidade. O Presidente Yuri Costa, avançou a pauta agradeceu a
382 presença e a contribuição, finalizando o debate. **Debate sobre convite do MMFDH, para que**
383 **representantes do CNDH participem da primeira oficina de trabalho no âmbito da Análise da**
384 **Política Nacional de Direitos Humanos perante colegiados, nos termos do art. 3º, §4º, da**
385 **Portaria 457, de 10 de fevereiro de 2021, que ocorrerá no dia 07 de dezembro de 2021, às**
386 **14h30 de forma remota. – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Costa, discorreu solicitando
387 a contribuição da Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes onde afirmou que o debate se
388 trata de forma direta a comissão e participação do CNDH. Declarou que a comissão já havia
389 solicitado um pedido de informações complementares e de integração na oficina, além de
390 esclarecimentos quanto a alteração ocorrida recentemente na Portaria 457, que cria um grupo de
391 trabalho do ministério para avaliação da PNDH. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes,
392 enfatizou o empenho da comissão na Portaria 3661 e no ofício de convite a integração na oficina e

393 citou que está explícito, no ofício, a mesma forma de metodologia para todas as oficinas. Seguiu
394 explanando Nota aprovada pelo CNDH em fevereiro, esclareceu a posição do CNDH referente ao
395 questionamento da existência do grupo e abordou várias conferências e trabalhos realizados para
396 que o GT chegasse em sua ponta. Alegou que a comissão observou que a análise feita pelo CNDH
397 não foi respeitada e que chegando ao final dos trabalhos dispõe de representantes de conselhos e
398 aumentam prazos. Justificou que a posição da comissão é devido a não participação no grupo de
399 trabalho, pois se questionado sua existência não faz nexos tal integração. O Presidente Yuri Costa,
400 pontuou que o posicionamento da comissão é por não haver retrocessos em qualquer debate
401 referente ao Plano Nacional de Direitos Humanos e que possuem um histórico muito relevante de
402 construção do PNDH -3 e solicitou respeito. Referiu-se a portaria enfatizando que não houve
403 solicitações de implementação e citou um vídeo da Ministra Damares, onde iniciou a fala partindo
404 da primícia de defasagem do PNDH-3, do longo tempo de existência e a necessidade de atualização.
405 Prosseguiu afirmando que o CNDH se manifestou discordando dessa primícia e que é um
406 patrimônio da sociedade brasileira. Professou a pertinência de avaliação e a necessidade de
407 continuidade de um grupo de monitoramento e manifestou repúdio a debates desenvolvidos sem
408 ampla participação social e citou que a sociedade tem que caminhar juntamente com a Política de
409 Direitos Humanos e que o posicionamento não foi modificado. O Conselheiro Everaldo Bezerra
410 Patriota, arrazoou questionando a atualização de uma política e o sigilo dentro de debates, o que
411 discorda. Considerou a construção do PNDH um patrimônio e sua aprimoração é realizada
412 diariamente. Afirmou que a discussão sobre o PNDH deve ser de forma pública e não dentro de
413 gabinetes. A conselheira Karoline Aires, manifestou-se contribuindo com primícias e citou a análise
414 Ex-ante, justificando não ser detração na política pública e faz a caracterização da mesma. Saliu
415 que o fato não é a revisão do PNDH, e sim uma política nacional de forma ampla e que a análise
416 conta com uma metodologia e que o chamamento do conselho não é circunstancial. Reiterou que a
417 participação do CNDH é fundamental na construção do processo sendo contraditório o CNDH
418 retirar-se ao ser convocado. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes, ajustou o discurso
419 da conselheira Karoline Aires alegando que não se trata de forma ou metodologia de análise e
420 reiterou ser uma questão política. Alavancou que o CNDH sempre discordou da existência do GT e
421 não da composição. A Conselheira Eneida Canedo Guimarães dos Santos, refletiu sobre o discurso
422 dos conselheiros no qual concordou e apoia a posição do CNDH, devido a desqualificação por parte
423 de pessoas específicas no governo do PNDH-3. Declarou que o conselho compreendeu o caráter

424 paritário, no qual identificou o conselho e a discussão, sendo tudo elaborado de forma explícita com
425 muita precisão. A Conselheira Karoline Aires, rebateu o discurso da Conselheira Mônica de
426 Alkmim Moreira Nunes corroborando que a análise Ex-ante está em processo e não se exauriu e que
427 segue em construção, completou que a política é defendida participando e não se eximindo da
428 mesma. Repudiou a rejeição de um ato de gestão. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin, rebateu
429 ao discurso da Conselheira Karoline Aires no sentido que não compactua, como sociedade civil,
430 com afirmações que o PNDH-3 não opera, depois que implementaram políticas públicas contrária
431 ao plano. Citou recomendações não cumpridas. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, discordou
432 da narrativa da conselheira Karoline Aires, afirmando que o CNDH está sendo omissivo. Alegou que
433 esta imposição é inadmissível. O Presidente Yuri Costa, reiterou a fala do Conselheiro Everaldo
434 Bezerra Patriota, concordando que o CNDH não se omite de debates referente o PNDH-3. Sugeriu
435 para o processo de votação, a proposta de participação ou não na Oficina no dia sete de dezembro
436 de dois mil e vinte e um. Continuou a narrativa, havendo deliberação pela participação mencionou
437 que será escolhido um conselheiro ou conselheira para estar presente e seguiu complementando se
438 há por parte do plenário alguma indicação ou encaminhamento a ser feito aos representantes.
439 Colocou como sugestão para deliberação, caso não haja a presença, que a justificativa seja
440 formalmente encaminhada ao ministério, para fins de publicidade. O Presidente Yuri Costa, colocou
441 em processo de votação a proposta pela participação ou não do CNDH para a Oficina no dia 07 de
442 dezembro para o qual foi convidado pelo MMFDH, sendo aprovada por maioria, a não participação
443 do CNDH, com o registro dos seguintes votos favoráveis: MMFDH, MJSP. Abstenção: OAB,
444 SPGR, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, ANCED, DPU. **Relato**
445 **da 5ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Proteção aos Direitos das Pessoas em Situação de**
446 **Deslocamentos Compulsórios – Conselheira Eneida Guimarães:** A Conselheira Eneida Canedo
447 Guimarães dos Santos, explanou sobre o lançamento do formulário pelo levantamento dos
448 deslocamentos forçados em todo território Nacional, explicou para os conselheiros que não estavam
449 presentes no debate sobre a origem do formulário e citou o nome de todos que estão presente no GT
450 e seus objetivos. Reiterou questões adversas que causam esses deslocamentos e como o formulário
451 contribuirá para esse processo. Solicitou a contribuição dos conselheiros e conselheiras para que o
452 formulário seja encaminhado para o maior número de pesquisadores. O Presidente Yuri Costa,
453 solicitou a disponibilização do questionário para todos os conselheiros e conselheiras. Questionou
454 se haveria mais considerações, não havendo comunicou as duas pautas pendentes para o dia

455 seguinte. **Conclusão do 1º dia da 26ª Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri**
456 **Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, concluiu sobre a excelência dos debates
457 acontecidos durante o dia, além das aprovações das demais pautas. registrou o seu agradecimento à
458 participação de todos, encerrando o 1º dia de reunião. **Abertura do 2º dia da 26ª Reunião**
459 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa,
460 iniciou o 2º dia de reunião cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e às
461 pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. **Informes e orientações gerais –**
462 **Presidente Yuri Costa:** Informou sobre as pautas pendentes, citou a proposta da Nota Pública
463 sobre a PEC dos precatórios informando que se encontra disponível a todos. Comunicou que a
464 Jurista, advogada e ex-subprocuradora da República a Sra. Deborah Duprat foi designada consultora
465 pelo pleno para a produção de parecer em torno do procedimento de seleção e indicação da
466 coordenação geral da secretaria executiva do CNDH, anunciou a conclusão do trabalho de
467 consultoria e a produção de um parecer e registrou que o documento primeiramente será apreciado
468 pela mesa diretora para sugerir procedimentos para o plenário agradecendo a produção do mesmo e
469 contribuições. **Informes e deliberações sobre as atividades do Grupo de Trabalho sobre**
470 **Direitos Humanos e Enfrentamento da Violência Política na Internet – Conselheira Elisabeth**
471 **Villela Costa:** A Conselheira Elisabeth Villela Costa, informou sobre reunião realizada e que estão
472 em um processo de repactuação e reconfiguração do GT, sendo o único indicativo a informação de
473 uma nova reunião no dia vinte e dois de novembro no sentido de planejar atividades para o ano de
474 dois mil e vinte dois e estendeu o convite a Comissão de Direito das Mulheres e População
475 LGBTQIA+ e a dos Defensores dos Direitos Humanos para que seja encaminhado uma atividade
476 conjunta. **Deliberações da 32ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à**
477 **Liberdade de Expressão – Conselheira Elisabeth Villela Costa:** O Presidente Yuri Michael
478 Pereira Costa, ressaltou que se trata sobre o parecer produzido acerca da denúncia apresentada pelo
479 Deputado Daniel Silveira ao CNDH. A Conselheira Elisabeth Villela Costa, comunicou que após a
480 leitura a comissão manteve-se no que se refere a direito de liberdade de expressão, logo, a comissão
481 concluiu que o direito a liberdade de expressão não é uma verdade absoluta. Posicionou que
482 definiram que o parecer não tem fundamento a arguição que o deputado faz a sua liberdade de
483 expressão. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, declarou que possui uma manifestação da
484 comissão, de forma que a assessoria do MMFDH solicitou que a votação fosse adiada devido ao
485 ministério solicitar sua participação. Justificou que essa demanda foi encaminhada pelo ministério e

486 devido a conflito de agenda solicitou o adiamento, não tendo nenhuma oposição da comissão por
487 parte do plenário. **Informes e deliberações sobre as atividades do Grupo de Trabalho sobre**
488 **Direitos Humanos e Enfrentamento da Violência Política na Internet – Conselheira Elisabeth**
489 **Villela Costa:** A Conselheira Elisabeth Villela, destacou que estão atentos e acompanhando a
490 reapresentação do relatório na Câmara dos Deputados sobre o projeto de combate as *Fake News*.
491 Discorreu que esse projeto foi aprovado no senado e encaminhado a Câmara com tramitação no
492 final de dois mil e vinte, mencionou que houve uma pausa e atualmente foi originado um grupo de
493 trabalho dentro da Câmara que está produzindo um relatório para votação em plenário. Alertou que
494 esse Projeto de Lei é complexo de compor, justificando a dificuldade de rastreamento de crimes
495 cibernéticos. Citou o art. 10 que trata da rastreabilidade das mensagens. Solicitou a comissão a
496 produção de algum parecer para futuramente apresentar a mesa diretora e que possa agregar a
497 posição do movimento social em relação a essa proposta de regulamentação do crime que se comete
498 através das redes sociais. **Relato do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e**
499 **Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em**
500 **Conflito com a Lei (EAP) – Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini,
501 relatou que estão elaborando um relatório final para encerramento das atividades gerais do Grupo de
502 Trabalho. **Relato da 15ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Cidade - Conselheiro**
503 **Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior, ressaltou a interligação dos dois
504 relatos, salientou que estiveram em missão contra o despejo em Manaus e estarão na mesma missão
505 em Fortaleza. Justificou a interface das duas comissões, pois perceberam que além da falta do
506 acesso do direito a cidade foi detectado muitas comunidades em situação de pobreza extrema e
507 muitas famílias excluídas dos programas sociais específicos. Arrazou que juntamente com outras
508 comissões se organizarão para tratar sobre esse assunto e solicita proposta de recomendação para
509 que o CNDH possa recomendar ao estado a União e ao Município as violações identificadas e as
510 futuras. **Relato da Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada -**
511 **Conselheiro Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior, salientou que
512 contribuirá com mais informações sobre o Direito Humano à Alimentação na próxima reunião.
513 Apresentou uma recomendação para o plenário apreciar que recomenda ao Supremo Tribunal
514 Federal, a apreciação e provimento da Arguição de descumprimento de Preceito Fundamental nº
515 831, que defende medidas para equacionar ou ao menos minimizar o exponencial aumento da fome
516 no país. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, iniciou a apreciação da proposta e questiona aos

517 conselheiros se há algum destaque para inserção ou modificação. O Conselheiro Carlos Vilhena,
518 sugeriu uma modificação na forma final da recomendação, devido à falta de compreensão no que
519 está sendo de fato recomendado. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, concordou com o
520 Conselho Carlos Vilhena no sentido de que o pedido não pode ser inovado elaborando outro tipo
521 de incidência. Alegou que no ponto de vista de atuação institucional seria pertinente, no momento, a
522 recomendação ser para órgãos do Governo Federal. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior,
523 ressaltou que concorda com as devidas alterações propostas e pediu desculpas. Solicitou uma
524 manifestação de uma rápida deliberação de resposta junto ao STF. O Presidente Yuri Michael
525 Pereira Costa, discorreu que mediante as observações mencionadas pelos conselheiros, sugeriu que
526 a comissão realize a adaptação no texto e considerou pertinente a observação do Conselho
527 Everaldo Patriota. Mencionou que após as devidas modificações poderá ser enviado diretamente a
528 mesa diretora devido ao caráter de urgência. **Nota Pública do Conselho Nacional dos Direitos**
529 **Humanos em contrariedade à proposta de emenda constitucional N° 23/2021 (PEC dos**
530 **Precatórios) – Conselho Marcelo Chalhó:** O Conselheiro Marcelo Chalhó, mencionou ser
531 uma Nota contrária a Nota de emenda constitucional. Alegou seu repúdio em apontamentos
532 específicos da emenda constitucional que traz prejuízo futuros. O Presidente Yuri Michael Pereira
533 Costa, impugnou se existe alguma inserção ou complementação por parte do pleno no documento e
534 não havendo mais nenhuma consideração, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada pela
535 maioria, com os registros dos seguintes votos favoráveis: OAB, SPGR, CONAQ, CUT, PF, FNDC,
536 ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG, ANCED, CONAM, DPU. Abstenção: MRE,
537 MJSP. **Relato da 3ª Reunião da Comissão Especial sobre Direitos Humanos e Pandemia –**
538 **Conselheiros Rogério Giannini e Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas, mencionou que
539 após o último seminário será finalizado um calendário para dois mil e vinte e dois em reunião. O
540 Presidente Yuri Michael Pereira Costa, relatou sobre um evento, de âmbito internacional, do
541 lançamento de um relatório técnico sobre a relação de direitos humanos no contexto da pandemia
542 partindo de um estudo realizado por diferentes instituições e será entregue em Brasília pela
543 comissão. **Relato da 14ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio ambiente e**
544 **Direitos Humanos – Conselho Leandro Scalabrin:** O Conselheiro Leandro Scalabrin, destacou
545 que após anos aos crimes de Mariana (MG) e Brumadinho (MG), que está sendo analisado pelo GT,
546 para ser formulado uma proposta de recomendação baseada nesses acontecimentos, com diretrizes
547 gerais para o Setor Mineração, Direitos humanos e Barragens no Brasil. Declarou a produção de um

548 relatório preliminar com uma importante participação do CEDDH- MA. Solicitou a aprovação dos
549 pareceres técnicos dos consultores que serão enviados aos órgãos públicos e, sendo o outro, um
550 relatório preliminar do caso da mineração de Aurizona - MA. Sinalizou que os documentos estão
551 disponíveis para a comissão. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, elogiou a qualidade do
552 trabalho do GT e a articulação de uma produção complexa. Salientou que se caso aprovado, será
553 encaminhado na forma de resolução as respectivas recomendações e solicitou a votação em
554 conjunto dos três documentos. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou em processo de
555 votação a referida resolução, a qual foi aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, SPGR,
556 CONAQ, CUT, PF, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG, ANCED, CONAM,
557 DPU, MRE, MJSP. **Relato da 7ª Reunião da Comissão de Litigância Estratégica – Conselheiro**
558 **Everaldo Patriota:** O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, comunicou que estão com todos os
559 pedidos, inclusive as emergências atendidas. Mencionou que não houve reunião no mês de outubro.
560 **Relato da 25ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de**
561 **Privação de Liberdade – Conselheira Vivian Mendes:** A Conselheira Vivian Mendes, destacou
562 que a comissão não se reúne a um tempo, mas atualmente estão organizando o calendário de
563 atividades com os membros da comissão. **Relato e encaminhamentos da 6ª Reunião da Comissão**
564 **Permanente sobre Segurança Pública e Direitos Humanos – Conselheiro Everaldo Patriota:** O
565 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, alertou sobre os eventos de Varginha, com casos de morte e
566 violência, que considera preocupante, sendo necessário uma mudança nessas abordagens. **Relato e**
567 **encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos**
568 **Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes**
569 **Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos**
570 **Fundiários – conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Ayala Lindabeth Dias Ferreira;**
571 **conselheiros Leandro Scalabrin e Dinamam Tuxá:** Os Conselheiros e conselheiras apresentaram
572 um relatório “*Direito de existir e ser quilombola e a violação do direito à consulta e ao*
573 *consentimento livre prévio e informado no caso do licenciamento da BR386 no Rio Grande do Sul*”
574 e a apreciação da Recomendação nº XX de 12 de Novembro de 2021. A Conselheiras Sandra Maria
575 da Silva Andrade, enfatizou que a elaboração do relatório foi em colaboração de toda a comunidade
576 quilombola Morada da Paz, atentando-se a todos os fatos e considerações do local e leis. A Sra.
577 Ayala Lindabeth Dias Ferreira, manifestou seu repúdio a violações que os atingem, o temor de
578 ameaças e de expulsão da própria terra. Salientou que tudo relacionado no relato foi elaborado por

579 todos. Solicitou o direito do seu povo e avisou que estão em guerra para buscar aliados e fazer a
580 manutenção da garantia de direito. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade, sinalizou o
581 clamor de um povo. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou em processo de votação a
582 referida resolução, a qual foi aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, SPGR, CONAQ,
583 CUT, PF, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG, ANCED, CONAM, DPU,
584 MRE, MJSP. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin, relatou sobre o documento que trata do
585 deslocamento dos quilombolas, citando o Incra- DF. Enfatizou que o documento, **Referendum de**
586 **Recomendação nº XX de 12 de novembro de 2021: Recomenda a denúncia de todos os fatos**
587 **ilegais ocorridos direcionado ao Incra-DF para que seja revisado e assistido – Presidente Yuri**
588 **Costa**. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou a proposta em processo de votação, sendo
589 aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, SPGR, CONAQ, CUT,
590 PF, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG, ANCED, CONAM, DPU, UNISOL.
591 Abstenção: MRE, MJSP. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, complementou que acha
592 lamentáveis as denúncias que chegam de tamanha gravidade. Advertiu que após aprovação é
593 necessário a comunidade ser assistida progressivamente. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin,
594 solicitou a votação de uma outra proposta. **Referendum Consultoria Ad Doc Presidente Yuri**
595 **Costa:** O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin, alegou ser uma solicitação de prorrogação de
596 mandato para cumprir uma apresentação sobre a pulverização de agrotóxicos. O Presidente Yuri
597 Michael Pereira Costa, questionou sobre abstenções. Não havendo, colocou em processo de votação
598 a referida proposta a qual foi aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, SPGR, CONAQ,
599 CUT, PF, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG, ANCED, CONAM, DPU,
600 MRE, MJSP. **Relato da 25ª Reunião e encaminhamentos da Comissão Permanente Defensores**
601 **dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais –**
602 **Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira:** A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira,
603 mencionou a apresentação da estruturação do Plano Nacional de Proteção que está sendo construído
604 e a necessidade de compartilhamento da proposta do plano. Discorreu que ainda não estavam
605 confortáveis para tal compartilhamento ao debate e que em reunião futura será realizado. Solicitou
606 mais informações por parte do CNDH para o desdobramento da proposta. **Informes e deliberações**
607 **da 18ª Reunião da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações**
608 **Internacionais em Matéria de Direitos Humanos – Vice-presidente Darci Frigo:** O Vice-
609 presidente Darci Frigo, realizou a primeira atividade de monitoramento, através do resultado, em

610 reunião, onde pela primeira vez o governo apresentou sugestões e através dessas ações a comissão
611 espera avançar. **Relato da 18ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e**
612 **Saúde Mental – Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini, citou a missão
613 no Crato (CE), que será realizada em novembro, de forma presencial. Acrescentou que haverá
614 horários de visitas, de inspeções e reuniões com a sociedade civil e vítimas da Casa de Acolhimento
615 Água Viva e com a violência de direito às mulheres. Sinalizou sobre um hospital psiquiátrico,
616 localizado no Crato (CE), que utiliza de verbas públicas para adquirir equipamentos, além de
617 usufruir ilegalmente de terreno público, trabalhando em uma reforma psiquiátrica. Mencionou que
618 estão trabalhando em conjunto com várias comissões e órgãos. **Informes de deliberações da 23ª**
619 **Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da**
620 **População LGBTQIA+, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo -**
621 **Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Eneida Guimarães, Lucileine da Silva Souza e**
622 **Conselheiro Paulo Mariante:** A Conselheira Eneida Guimarães, mencionou o trabalho da missão
623 em Crato (CE), e que devido a isso não oportunizaram uma reunião mensal. O Presidente Yuri
624 Michael Pereira Costa, informou do documento deliberado anteriormente, que o Conselheiro
625 Getúlio Vargas apresentou um texto propondo a recomendação referente a Nota técnica apresenta
626 no dia onze de novembro durante a reunião vigente, da coalizão Direito Vale Mais sobre o
627 orçamento de dois mil e vinte e dois, apresentada pelo Conselheiro Marcelo Chalhó, informou que
628 solicitou a secretaria executiva a disponibilidade no *Drive*, e sugeriu que verificassem tal
629 documento. **Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à**
630 **Educação e à Seguridade Social – Conselheira Virgínia Berriel:** A Conselheira Virgínia Berriel,
631 reuniu-se com a comissão e tratou questões de retirada de recurso para a ciência, pesquisa e
632 tecnologia, uma denúncia de uma funcionária da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), PEC
633 2018 que trata de trabalho infantil e uma recomendação em conjunto com o Conselho Nacional de
634 Saúde que tratou da portaria que não obriga a trabalhadores se vacinarem. Citou que foi elaborada
635 uma Nota Pública. **Referendum de Notas Públicas do Conselho Nacional dos Direitos Humanos**
636 **- CNDH: (i) Nota Pública pelo direito de solicitação, por parte das empresas, de vacina aos**
637 **trabalhadores.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, questionou sobre abstenções. O
638 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, solicitou alteração no texto do documento. A Conselheira
639 Virgínia Berriel, registrou e concordou com a alteração. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa,
640 impugnou objeções. Não havendo, colocou a proposta em processo de votação, sendo aprovada por

641 maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, SPGR, CNPG, UNISOL, CONAQ,
642 PF, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, ANCED, CONAN, DPU. Abstenção: MMFDH,
643 MRE, MJSP. **Referendum de Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos -**
644 **CNDH: Rejeição a PEC nº 18, que autoriza o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir**
645 **dos quatorze anos de idade - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa,
646 impugnou objeções. Não havendo, colocou a proposta em processo de votação, sendo aprovada por
647 maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: MMFDH, OAB, CNPG, UNISOL,
648 CONAQ, PF, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, ANCED, CONAM, DPU. Abstenção:
649 SPGR, MRE, MJSP. **Referendum do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH:**
650 **Recomenda que a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), cumpra com o papel constitucional**
651 **que lhe foi atribuído através da LEI 11.652 de 07 de abril de 2008 - Vice-presidente Darci**
652 **Frigo:** A Conselheira Virgínia Berriel, relatou que a denúncia foi estarrecedora para todos e
653 mencionou no mínimo dez violações a dirigentes sindicais, com retaliações e assédio aos
654 trabalhadores. O Vice-presidente Darci Frigo, impugnou objeções. Não havendo, colocou a
655 proposta em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos
656 favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, CONAQ, FNDC, ANAB, UBM, CFP, ANCED,
657 SPGR, PF, DHESCA BRASIL, DPU. Abstenção: MMFDH, MFE, MJSP. A Conselheira Virgínia
658 Berriel, relatou sobre uma missão com o CNDH, realizada em Boa Vista (RR) e Pacaraima (RR)
659 com visitação no abrigo Pintolândia que abriga quatrocentos indígenas e mencionou que solicitaram
660 através de um documento o direito de permanecer no local, ao qual foi encaminhado para os órgãos
661 devidos. Mencionou visitas a arquidioceses, terrenos e outros abrigos que se encontram em situação
662 precária. Refletiu sobre a comunidade ser assistida por mais entidades e fiscalização. **Referendum**
663 **de Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH: Considerando a**
664 **Nota Técnica da Coalizão o Direitos Valem Mais sobre o orçamento de 2022 - Vice-presidente**
665 **Darci Frigo:** O Vice-presidente Darci Frigo, impugnou objeções. O Conselheiro Everaldo Bezerra
666 Patriota, solicitou alterações no texto da Nota. O Vice-presidente Darci Frigo, sugeriu fazer o
667 encaminhamento como recomendação do item 01 da nota. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura
668 Júnior, concordou com a solicitação. O Vice-presidente Darci Frigo, impugnou objeções. Não
669 havendo, foi aprovada por unanimidade e registrada, para o Congresso Nacional, estando presentes:
670 OAB, SPGR, CONAQ, CUT, PF, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG,
671 ANCED, CONAM, DPU, MRE, MJSP. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, narra a conclusão

672 do parecer da Clínica IDH/UFRJ e o considera aprovado. A conselheira Karoline Aires, destacou
673 que será analisada a conclusão da denúncia. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin, concluiu que
674 a votação em questão se detém em arquivamento ou não da denúncia, baseando-se em sua
675 conclusão. O Conselheiro Carlos Vilhena, sinalizou o foco na análise do parecer, e discorreu na
676 leitura do documento, e alavancou que é impossível o CNDH considerar algo sem conhecimento,
677 sendo verificado somente a parte que lhe cabe. A conselheira Karoline Aires, manifestou que o
678 documento deve ser analisado por outra comissão. **Referendum Recomenda o arquivamento do
679 parecer produzido acerca da denúncia apresentada pelo Deputado Daniel Silveira ao CNDH -
680 Vice-presidente Darci Frigo:** O Vice-presidente Darci Frigo, impugnou objeções. Não havendo,
681 colocou a proposta em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o registro dos
682 seguintes votos favoráveis: FNDC, UNISOL BRASIL, CONAQ, UBM, CUT, ANAB, PF, DPU,
683 SPGR, OAB, CNPG, CFP, DHESCA BRASIL, ANCED. Abstenção: MFMDH. **Relato da 17ª
684 Reunião do Grupo de Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos -
685 Conselheira Eneida Guimarães:** A Conselheira Eneida Canedo Guimarães dos Santos, relatou que
686 a rede programa dois encontros anuais e desde a pandemia acontece remotamente, e existe uma
687 proposta para um encontro presencial futuramente e necessita do apoio do plenário para
688 contribuição para a organização das seguranças sanitárias para que se realizasse a reunião. O Vice-
689 presidente Darci Frigo, aconselhou a rede elaborar a proposta para tal organização. O Conselheiro
690 Carlos Vilhena, mencionou a disponibilidade do MPU em agregar na questão que trata a migração
691 Venezuelana em Roraima e Amazonas. Alertou a necessidade de o relatório conter um pedido de
692 aporte orçamentário a operação acolhida por parte do Governo Federal e agregar os Estados e
693 municípios de Roraima. **Conclusão e Encerramento da 26ª Reunião Extraordinária do CNDH -
694 Vice-presidente Darci Frigo:** O Vice-presidente Darci Frigo, registrou o seu agradecimento à
695 participação de todos, finalizando a 26ª Reunião Extraordinária do CNDH.